

## DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DE ESCOLAS RIBEIRINHAS PARA ALUNOS PCDS FÍSICOS

**Sandra do Carmo Gomes**

Mestranda; Pedagoga.

<https://orcid.org/0009-0009-6827-7413>

E-mail: [sandra\\_gomes13@hotmail.com](mailto:sandra_gomes13@hotmail.com)

**Sandra Karina Barbosa Mendes**

Doutora em Educação; Pedagoga.

<http://lattes.cnpq.br/7531027549313471>

<https://orcid.org/0009-0005-1566-1009>

E-mail: [mendeskarina37@gmail.com](mailto:mendeskarina37@gmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3-16>

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo investigar a garantia da acessibilidade arquitetônica em escolas ribeirinhas brasileiras, para a inclusão de estudantes com deficiência física. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura, com o propósito de identificar os subtemas associados ao tema e as principais teorias acionadas nas produções acadêmicas. A metodologia consistiu na seleção e análise de publicações no período de 2010 a 2025, nas seguintes bases de dados: *Scielo*, PubMed, Google Scholar, ERIC (*Education Resources Information Center*) e Periódicos da CAPES. Usamos as palavras-chave: acessibilidade física; contextos ribeirinhos; inclusão de PCDs. Os resultados apontam que os estudos sobre acessibilidade arquitetônica em escolas ribeirinhas se concentram em subtemas como infraestrutura e barreiras físicas, políticas públicas, gestão escolar, formação docente, educação especial, educação do campo e inclusão nas aulas de Educação Física. Quanto ao referencial teórico, destacam-se Mantoan (2003; 2005), na defesa da inclusão como participação efetiva; Mazzotta (2005), Caiado (2015) e Meletti (2011), na discussão dos direitos educacionais; e Caldart (2012), Freire (1987) e Hage (2005), na valorização dos territórios e saberes ribeirinhos. Sassaki (2009) foi o principal autor sobre acessibilidade, defendendo uma concepção ampliada que ultrapassa as adaptações físicas. Concluímos que a acessibilidade arquitetônica em escolas ribeirinhas é um tema multidimensional, articulado a teorias e autores que discutem políticas públicas, gestão educacional, formação docente, educação especial, educação do campo e inclusão em práticas pedagógicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade Arquitetônica. Educação Inclusiva. Escolas Ribeirinhas. Deficiência Física.

## CHALLENGES AND STRATEGIES FOR ENSURING ARCHITECTURAL ACCESSIBILITY IN RIVERSIDE SCHOOLS FOR STUDENTS WITH PHYSICAL DISABILITIES

**ABSTRACT:** This study aims to investigate the provision of architectural accessibility in Brazilian riverside schools to facilitate the inclusion of students with physical disabilities. To this end, a literature review was conducted to identify sub-themes associated with the topic and the key theories utilized in academic publications. The

methodology involved selecting and analyzing publications from 2010 to 2025 across the following databases: SciELO, PubMed, Google Scholar, ERIC (Education Resources Information Center), and CAPES Journals. The keywords used were: physical accessibility; riverside contexts; and inclusion of people with disabilities. The results indicate that studies on architectural accessibility in riverside schools focus on sub-themes such as infrastructure and physical barriers, public policy, school management, teacher training, special education, rural education, and inclusion in Physical Education classes. Regarding the theoretical framework, notable authors include Mantoan (2003; 2005), who advocates for inclusion as effective participation; Mazzotta (2005), Caiado (2015), and Meletti (2011), who discuss educational rights; and Caldart (2012), Freire (1987), and Hage (2005), who emphasize the value of riverside territories and knowledge. Sasaki (2009) was the primary author regarding accessibility, advocating for a broad concept that extends beyond physical adaptations. We conclude that architectural accessibility in riverside schools is a multidimensional topic, linked to theories and authors addressing public policy, educational management, teacher training, special education, rural education, and inclusion within pedagogical practices.

**KEYWORDS:** Architectural Accessibility. Inclusive Education. Riverside Schools. Physical Disability.

## INTRODUÇÃO

A acessibilidade arquitetônica é um componente fundamental para a inclusão educacional de pessoas com deficiência física (PCDs), garantindo que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades no ambiente escolar. Nas regiões ribeirinhas, caracterizadas por suas particularidades geográficas e socioeconômicas, os desafios para assegurar essa acessibilidade são exacerbados.

As escolas ribeirinhas desempenham um papel crucial na educação de crianças e adolescentes que vivem em comunidades às margens de rios e afluentes. Contudo, essas instituições frequentemente enfrentam limitações estruturais que dificultam a adaptação dos espaços físicos para atender às demandas de acessibilidade. Barreiras como falta de infraestrutura adequada, edificações antigas e construídas com materiais tradicionais podem restringir o acesso e a participação plena dos alunos PCDs físicos no ambiente escolar.

Além dos aspectos físicos, há também desafios logísticos e econômicos que impactam diretamente a acessibilidade nas escolas ribeirinhas. A distância de centros urbanos, a dificuldade de transporte e a disponibilidade limitada de recursos financeiros são fatores adicionais que influenciam negativamente na implementação de adaptações arquitetônicas que atendam às necessidades específicas de PCDs físicos. Portanto,

entender esses contextos é crucial para desenvolver estratégias eficazes e sustentáveis que possam promover a inclusão educacional nessas comunidades. Dessa maneira, esta pesquisa de revisão buscou investigar os subtemas associados ao tema principal e as principais teorias e teóricos acionados pelos autores dos textos identificado e selecionados.

A justificativa deste trabalho se fundamenta na importância de promover a inclusão educacional de forma efetiva e equitativa para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou das características geográficas das regiões em que vivem. Escolas localizadas em áreas ribeirinhas frequentemente enfrentam desafios únicos de acessibilidade devido à topografia irregular, à infraestrutura limitada e ao acesso restrito por vias fluviais. As vivências em algumas escolas da região ribeirinha do município de Cametá (Pará), onde é notória a falta de estruturas arquitetônicas adequadas nas escolas ribeirinhas, também motivaram a escolha do tema.

## METODOLOGIA

Este artigo se trata de uma revisão de literatura integrativa. Esta abordagem foi escolhida por permitir a síntese e análise crítica de estudos existentes, proporcionando uma visão abrangente sobre o tema em questão. Os critérios de inclusão e exclusão dos estudos foram definidos para garantir a relevância e qualidade das fontes. Foram incluídas publicações entre 2020 e 2025, redigidas em português, inglês ou espanhol, e que abordassem diretamente a acessibilidade arquitetônica, a educação em regiões ribeirinhas ou a inclusão de alunos com deficiência física. Foram considerados artigos científicos, teses e dissertações. Excluíram-se estudos que não tratavam diretamente do tema, publicações de opinião, resenhas e documentos com dados insuficientes.

As fontes de busca selecionadas incluíram bases de dados amplamente reconhecidas, como *Scielo*, *PubMed*, Google Scholar, ERIC (*Education Resources Information Center*) e Periódicos da CAPES. Para a realização das buscas, foram utilizados termos específicos e combinações de palavras-chave com operadores booleanos, como “acessibilidade arquitetônica”, “escolas ribeirinhas”, “alunos com deficiência física”, e seus equivalentes em inglês e espanhol.

A seleção dos estudos foi realizada em três etapas. Na primeira etapa, houve uma triagem inicial com base nos títulos e resumos dos artigos, para identificar aqueles mais relevantes e que se adequavam aos objetivos da pesquisa. Em seguida, os textos selecionados foram lidos na íntegra para verificar a aderência aos critérios previamente estabelecidos. Por fim, os estudos selecionados foram analisados e categorizados em dois eixos principais: desafios identificados, como infraestrutura inadequada e isolamento geográfico, e estratégias propostas, como adaptações arquitetônicas, uso de tecnologia assistiva e estabelecimento de parcerias interinstitucionais.

Os dados extraídos dos estudos foram organizados em quadros, facilitando a comparação entre os resultados. Além disso, foi realizada uma análise qualitativa das informações, destacando lacunas existentes na literatura e apontando possíveis direções para futuras pesquisas. No quadro 1, apresentamos os textos identificados que tratam do tema de modo mais amplo, porém, precisaram ser excluídos porque, embora tratem da temática inclusão em escolas ribeirinhas, não incluem acessibilidade para pessoas com deficiência física em ambientes ribeirinhos.

**Quadro 1 – Textos sobre acessibilidade arquitetônica em espaços não ribeirinhos.**

| Autor                                                              | Título                                                                                                                                          | Fonte                                                                                                                                                                   |
|--------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Thaiane Souza Prado<br>Bárbara Amaral Martins                      | Deficiência física e acessibilidade: avaliação de escolas do interior de Mato Grosso do Sul.                                                    | Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional Fortaleza, v. 4, e023011, 2023.                                                                   |
| Mariana Oliveira Rabelo de Castro<br>Silvio de Cassio Costa Telles | Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares do Brasil: uma revisão sistemática de literatura. | Motrivivência, (Florianópolis), v. 32, n. 62, p. 01-20, abril/junho, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina.                                                      |
| Mendonça, Jainny Sthefany                                          | Acessibilidade arquitetônica em escola de ensino médio e técnico integrado: estudo de caso a partir da NBR 9050/20.                             | <a href="https://repositorio.ufersa.edu.br/items/a3638899-b766-4b15-aa73-a24d0825cb3">https://repositorio.ufersa.edu.br/items/a3638899-b766-4b15-aa73-a24d0825cb3</a> . |
| Paula de Souza Pinto de Almeida                                    | Acessibilidade arquitetônica no espaço escolar: um estudo sobre a EMEF Maria José Costa Moraes.                                                 | Vitória: Edifes, 2024. Centro_de_Referencia_em_Formacao_e_em_Educacao_a_Distancia.pt_BR<br>dc.contributor.institution Instituto Federal do Espírito Santo.              |
| Diniz, Danilo Souza Vieira                                         | Acessibilidade em escolas da educação básica: um estudo bibliográfico a partir da NBR 9050.                                                     | repositorio.ufersa.edu.br.                                                                                                                                              |

|                                 |                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Camila Emanuely da Silva Matias | Estudo da acessibilidade em escolas públicas e privadas: aplicação da NBR 9050/2020 em banheiros de escolas em município do litoral nordestino. | <a href="https://repositorio.ufersa.edu.br/sever/api/core/bitstreams/3efbed33-39d0-4f7e-baa4b706802a59aa/content">https://repositorio.ufersa.edu.br/sever/api/core/bitstreams/3efbed33-39d0-4f7e-baa4b706802a59aa/content</a> . |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

É importante mencionar que esta revisão apresenta algumas limitações. A restrição temporal e linguística pode ter excluído estudos relevantes em outros idiomas ou períodos, mas estava entre as nossas intenções analisar estudos mais recentes, neste caso, dos últimos 05 anos. Além disso, a disponibilidade limitada de pesquisas específicas sobre regiões ribeirinhas e acessibilidade arquitetônica acabou restringido a análise e dificultado a generalização dos resultados. No quadro 2 constam os 07 textos identificados e selecionados para a análise.

**Quadro 2 – Textos selecionados para análise.**

| Autor(es)                                          | Ano  | Título                                                                                                                            |
|----------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ZILIOTTO, D. M.; PEREIRA, F. C. M.                 | 2024 | Contexto da escolarização de alunos com deficiência na região ribeirinha amazônica.                                               |
| FORMIGOSA, M. M. <i>et al.</i>                     | 2021 | A acessibilidade de uma escola ribeirinha num dado contexto da Amazônia Paraense.                                                 |
| FERREIRA, A. M.                                    | 2021 | Educação especial e inclusiva no contexto da escola ribeirinha.                                                                   |
| FERREIRA, A. M.                                    | 2020 | As Diretrizes Da Educação Especial e Inclusiva nas escolas ribeirinhas.                                                           |
| Cunha Junior, E. S. da COSTA, W. C. P.             | 2021 | À margem das margens: Relato de uma estudante com deficiência sobre Educação Física Escolar na Ilha do Combú-PA.                  |
| FERNANDES, A. P. C. dos S. SANTOS, A. C. de S. dos | 2021 | Unidade Pedagógica na Ilha do Combú: o diálogo entre Educação Especial e Educação do Campo.                                       |
| SANTOS, A. S. dos                                  | 2025 | Inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar ribeirinho: uma análise a partir da revisão integrativa da literatura. |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão escolar de alunos com deficiência não se limita à presença física desses alunos nas escolas, mas envolve a eliminação de barreiras de acesso ao conhecimento e à participação plena nas atividades escolares. A teoria de "Desenho Universal para a

Aprendizagem" (Cast, 2018) sustenta que os ambientes educacionais devem ser projetados para atender a uma ampla diversidade de alunos, incluindo aqueles com deficiências. Essa abordagem busca criar currículos, materiais didáticos e metodologias pedagógicas que permitam o acesso ao aprendizado a todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas. Esse princípio se aplica tanto ao design de materiais e recursos educativos quanto às condições arquitetônicas da escola.

A acessibilidade arquitetônica é um dos pilares fundamentais para garantir que alunos com deficiência possam participar ativamente do processo educacional. Segundo o estudo de Dutra (2021), a adaptação dos espaços escolares para a inclusão de alunos com deficiência física e visual é uma necessidade básica para garantir a igualdade de oportunidades no contexto escolar. As barreiras arquitetônicas, como a falta de rampas, pisos táteis e sanitários adaptados, são impeditivas para a mobilidade e participação desses alunos nas atividades escolares. Para superar essas barreiras, é necessário que as escolas adiram a normas de acessibilidade, como as estabelecidas pela NBR 9050, que orienta sobre as condições mínimas para a adaptação de espaços físicos para pessoas com deficiência.

Entretanto, a adaptação física dos espaços deve ser entendida de maneira holística, incluindo não apenas a estrutura do prédio, mas também a organização das atividades pedagógicas. A educação inclusiva propõe que todos os aspectos do ambiente escolar, desde a pedagogia até as relações interpessoais, sejam pensados de maneira a garantir que alunos com diferentes necessidades participem ativamente do processo educacional. A teoria do "Desenho Universal" sustenta-se na ideia de que, ao se projetar um ambiente acessível, também se promovem práticas pedagógicas inclusivas, que respeitam e atendem às diferentes formas de aprendizagem.

Em se tratando da inclusão escolar de alunos com deficiência nas escolas ribeirinhas da Amazônia, a questão exige uma reflexão crítica sobre as condições de acessibilidade física, social e cultural desses espaços escolares. A partir dos estudos realizados dos textos selecionados no quadro 2, é possível identificar aspectos temáticos quanto teóricos que abordam a importância da adaptação da infraestrutura escolar, a valorização das identidades locais e as estratégias pedagógicas e políticas para garantir a inclusão plena desses alunos. Os estudos selecionados para análise exploram as ideias

centrais de acessibilidade, inclusão e a interação entre os contextos geográficos, culturais e sociais nas escolas ribeirinhas amazônicas, com foco nas implicações para a educação especial e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

### SUBTEMAS ASSOCIADOS AO TEMA CENTRAL

A análise dos sete textos selecionados para esta revisão de literatura permitiu identificar diferentes enfoques relacionados à acessibilidade arquitetônica em escolas ribeirinhas. Os estudos evidenciam que a discussão sobre acessibilidade ultrapassa a dimensão física dos espaços escolares, envolvendo aspectos legais, pedagógicos, sociais e políticos que influenciam diretamente o acesso, a permanência e a participação dos estudantes com deficiência física.

Nesse contexto, os subtemas encontrados revelam a complexidade da temática e demonstram que a construção de ambientes educacionais inclusivos depende da articulação entre infraestrutura adequada, ações efetivas e práticas educacionais comprometidas com a diversidade.

O quadro 03 apresenta os principais subtemas identificados nos textos analisados. Se destacam discussões relacionadas aos fundamentos legais da acessibilidade arquitetônica, às barreiras físicas presentes nas escolas ribeirinhas, às políticas públicas e à gestão escolar, bem como às condições de formação docente e às ações pedagógicas voltadas à inclusão.

Além disso, os estudos abordam os desafios específicos enfrentados nos territórios ribeirinhos, a interface entre educação especial e educação do campo e a inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física. Esses subtemas evidenciam que a acessibilidade arquitetônica deve ser compreendida de forma ampla, considerando as particularidades geográficas, sociais e culturais das comunidades ribeirinhas amazônicas.

**Quadro 3 – Subtemas associados ao tema central.**

| Subtemas                                                               |
|------------------------------------------------------------------------|
| Fundamentos legais da acessibilidade arquitetônica e desenho universal |
| Infraestrutura, mobilidade e barreiras físicas nas escolas ribeirinhas |
| Escolarização e desafios na efetivação das políticas pública           |
| Políticas públicas, gestão escolar                                     |

| Subtemas                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------|
| Formação continuada, ações pedagógicas e as condições de acesso e permanência |
| Desafios para a efetivação da acessibilidade nos territórios ribeirinhos      |
| Educação especial e educação do campo                                         |
| Educação Física e inclusão de alunos com deficiência                          |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

De modo geral, entendemos que os textos analisados convergem ao reconhecer que a realidade das escolas ribeirinhas é marcada por desafios estruturais, territoriais e institucionais que dificultam a efetivação das políticas de inclusão. Há consenso nos 08 textos analisados quanto à necessidade de considerar as especificidades geográficas, culturais e sociais dos territórios amazônicos na organização da educação especial e da educação do campo.

Os estudos, também, destacam que o simples acesso à escola não garante a inclusão, sendo indispensável assegurar condições adequadas de infraestrutura, transporte, formação docente, recursos pedagógicos e serviços especializados. Essa compreensão aparece tanto nas pesquisas desenvolvidas em Belém quanto em Abaetetuba e Iranduba, evidenciando que as barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência são potencializadas pelas condições próprias das comunidades ribeirinhas (Ziliotto; Pereira, 2024; Ferreira, 2021; Fernandes; Santos, 2021).

Outro ponto de aproximação entre os trabalhos refere-se à discussão sobre políticas públicas, gestão educacional e formação docente. Os autores demonstram que, embora exista um amplo conjunto de legislações que asseguram o direito à inclusão, a implementação dessas políticas ainda ocorre de forma parcial nos territórios ribeirinhos.

Os estudos apontam insuficiência de profissionais especializados, dificuldades na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ausência ou precariedade de Salas de Recursos Multifuncionais e carência de formações continuadas que dialoguem com a realidade da educação do campo e das populações ribeirinhas. Além disso, destacam que muitos professores desenvolvem estratégias inclusivas a partir de iniciativas individuais e do compromisso profissional, suprimindo lacunas deixadas pelo poder público (Ziliotto; Pereira, 2024; Ferreira, 2021; Fernandes; Santos, 2021).

Os distanciamentos entre os textos aparecem principalmente na ênfase temática adotada por cada pesquisa. O estudo sobre a Ilha do Combu, por exemplo, enfatiza a ausência de serviços especializados, mas destaca experiências de acolhimento desenvolvidas por professores e coordenadores escolares, além de condições físicas relativamente mais adequadas em determinadas unidades pedagógicas (Fernandes, Santos, 2021).

Alguns trabalhos abordam dimensões mais específicas da inclusão, ampliando o debate sobre acessibilidade. É o caso da pesquisa sobre Educação Física Escolar na Ilha do Combu, que evidencia barreiras relacionadas ao embarque e desembarque de estudantes com deficiência, inadequação dos espaços escolares e necessidade de formação docente para a inclusão nas práticas corporais. Esse enfoque diferencia-se dos demais por tratar diretamente da participação dos alunos nas atividades pedagógicas e esportivas, mas reforça uma conclusão comum a todos os estudos: a acessibilidade nos territórios ribeirinhos deve ser compreendida de forma ampla, envolvendo infraestrutura, mobilidade, recursos pedagógicos, formação profissional e políticas públicas capazes de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência (Cunha Júnior, Costa, 2021). A partir de agora, trataremos dos enfoques teóricos adotados nos textos identificados.

## PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRINCIPAIS AUTORES USADOS

Os textos analisados se organizam em torno de um eixo teórico central: a interface entre Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação do Campo/ribeirinha. Nesse campo, Mantoan, principalmente as suas obras de 2003 e 2005, aparece como autora fundamental para diferenciar integração de inclusão. A inclusão não é entendida apenas como matrícula ou presença física do estudante com deficiência na escola, mas como participação efetiva, pertencimento, aprendizagem e reorganização do ambiente escolar para acolher as diferenças.

Outro conjunto importante de autores é formado por Mazzotta (2005), Caiado (2011; 2015; 2017), Meletti (2015; 2011), Caiado e Meletti (2011) Nozu, Ribeiro e Bruno (2018). Mazzotta (2005) é utilizado para historicizar a Educação Especial no Brasil, destacando sua origem marcada por práticas assistencialistas e segregadoras, que aos poucos

foram tensionadas pelos marcos legais e pelos movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Caiado e Meletti (2011) contribuem para pensar a Educação Especial e a Educação do Campo como direitos sociais, mostrando que estudantes com deficiência que vivem em territórios ribeirinhos sofrem uma dupla exclusão: pela deficiência e pela condição territorial. Nozu, Ribeiro e Bruno (2018) ampliam essa discussão ao tratarem da interface entre Educação Especial e Educação do Campo como um “entre-lugar” atravessado por múltiplas formas de exclusão: biológicas, culturais, sociais e territoriais.

No campo da Educação do Campo, os autores mais recorrentes são Caldart (2012), Arroyo (2003), Fernandes (2006), Molina (2006), Hage (2005) e Freire (1987). Caldart (2012) fundamenta a ideia de que o campo não pode ser visto apenas como espaço geográfico não urbano, mas como território de vida, cultura, trabalho, memória e produção de saberes. Arroyo (2003) vem reforçar a crítica à desigualdade histórica imposta às populações do campo, mostrando que a exclusão não se limita ao acesso à escola, mas também envolve a desvalorização dos saberes e identidades desses sujeitos. Freire (1987) aparece como referência ética e política, especialmente na defesa de uma educação crítica, dialógica e transformadora, comprometida com a realidade concreta dos estudantes. Nos textos analisados, essa base teórica sustenta a crítica ao currículo urbanocêntrico, que ignora os modos de vida ribeirinhos e tende a inferiorizar seus saberes.

A teoria da acessibilidade e do desenho universal aparece com força nos textos que tratam diretamente da acessibilidade arquitetônica. Sassaki (2009) foi acionado como um dos autores centrais, por este fazer um estudo profundo da acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Embora a revisão tenha foco na dimensão arquitetônica, essa classificação ajuda a compreender que a acessibilidade escolar não se reduz a rampas e banheiros adaptados, mas envolve todo o funcionamento da escola. Besteti também foi um dos autores acionados para contribuir com a noção de desenho universal, defendendo que os espaços devem ser pensados desde sua origem para todos, e não adaptados posteriormente apenas para determinados sujeitos.

Nos estudos sobre territórios ribeirinhos, autores como Lira e Chaves (2016), Souza (2015), Teixeira (2012) e Hage (2005), ajudam a compreender a Amazônia como

espaço complexo, constituído por relações entre natureza, trabalho, cultura, rios, floresta e modos próprios de existência. Esses autores deslocam a análise da deficiência de uma leitura individual para uma leitura territorial e social. Assim, o problema não está apenas no estudante com deficiência, mas nas barreiras produzidas pela ausência de políticas públicas, pela precariedade do transporte, pela falta de infraestrutura, pela distância fluvial, pela instabilidade de serviços e pela desconsideração dos saberes locais. Essa perspectiva é importante porque mostra que a acessibilidade arquitetônica, em escolas ribeirinhas, deve incluir também o porto, o trapiche, a embarcação, o caminho até a escola, os banheiros, os espaços de convivência e as salas de aula.

Por fim, nos textos sobre Educação Física e inclusão, se destacam Alves e Munster (2019) e Greguol, Malagodi e Carraro (2018), que discutem a diferença entre Educação Física Adaptada e Educação Física Inclusiva. A primeira tende a organizar atividades separadas para estudantes com deficiência; a segunda defende a participação de todos nas mesmas práticas, com estratégias, recursos e mediações adequadas.

Essa discussão está intimamente relacionada ao debate maior da revisão, pois mostra que a acessibilidade arquitetônica é condição para a participação pedagógica: se a estudante não consegue embarcar, desembarcar, circular ou acessar os espaços das aulas, sua inclusão permanece apenas formal. Assim, os autores reforçam que a inclusão exige formação docente, planejamento, acessibilidade física e mudança nas concepções pedagógicas. Na próxima seção, iremos aprofundar a discussão teórica feita pelos autores dos textos selecionados.

## O DESAFIO DAS BARREIRAS GEOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, a acessibilidade não é um desafio apenas físico, mas também social e econômico. O isolamento geográfico dessas localidades torna a implementação de reformas de infraestrutura e a adaptação dos espaços escolares uma tarefa complexa, conforme apontado por Formigosa *et al.* (2022). A escassez de recursos financeiros e a dificuldade de acesso a materiais e profissionais especializados limitam significativamente as possibilidades de adaptação das escolas para atender às necessidades de alunos com deficiência. Assim, é imperativo que as políticas

públicas de educação especial considerem as especificidades regionais, garantindo que os recursos e as estratégias pedagógicas sejam adequados às condições locais.

Fernandes e Nascimento (2022) ampliam essa reflexão ao enfatizarem que o contexto socioeconômico das comunidades ribeirinhas também influencia a percepção das crianças com deficiência sobre si mesmas e sobre sua comunidade. A falta de recursos materiais e humanos para a educação, além da escassez de políticas públicas voltadas para a inclusão, tem impacto direto na autoestima e na participação social dessas crianças. Apesar disso, as crianças com deficiência, como mostrado no estudo, apresentam uma visão positiva sobre suas características e valorizam a convivência comunitária e as práticas culturais locais, como a pesca e outras atividades tradicionais. Essas observações sugerem que a inclusão escolar deve estar vinculada não apenas à acessibilidade física, mas também à valorização das identidades locais, respeitando as características culturais e sociais de cada comunidade.

O estudo de Dutra (2021) destaca a importância das adaptações arquitetônicas na criação de um ambiente escolar inclusivo. As barreiras físicas, como escadas sem rampas, corredores estreitos e salas de aula mal estruturadas, impedem a mobilidade e o acesso ao aprendizado de alunos com deficiência física e visual. A adaptação dos espaços escolares é, portanto, uma prioridade para garantir que todos os alunos possam se beneficiar de uma educação de qualidade.

Além das reformas estruturais, a terapia ocupacional pode desempenhar um papel essencial na adaptação dos ambientes escolares para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência. A Terapia Ocupacional, conforme abordado por Dutra, pode ser utilizada para promover a adaptação dos alunos ao ambiente escolar, ajudando-os a desenvolver habilidades motoras, cognitivas e sociais essenciais para sua participação nas atividades escolares.

A Terapia Ocupacional também se alinha ao conceito de "Desenho Universal para a Aprendizagem", pois ela visa criar estratégias pedagógicas e ambientais que atendam a todas as formas de aprendizado, desde as necessidades físicas até as cognitivas. Assim, a utilização de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais, na adaptação dos espaços e no suporte ao desenvolvimento dos alunos é uma estratégia eficaz para a criação de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

Outro aspecto teórico importante na construção de um ambiente educacional inclusivo nas escolas ribeirinhas é a necessidade de respeitar as especificidades culturais e sociais dessas comunidades. O estudo de Fernandes e Nascimento (2022) sugere que, apesar das barreiras físicas e sociais, as crianças com deficiência nas comunidades ribeirinhas têm uma relação positiva com sua identidade e cultura. Isso indica que a inclusão escolar deve envolver não apenas ajustes estruturais, mas também uma abordagem pedagógica que valorize e incorpore as práticas culturais locais. A escola deve ser um espaço onde as identidades dos alunos sejam reconhecidas e respeitadas, e onde as práticas culturais, como as relacionadas à pesca e outras atividades comunitárias, possam ser integradas ao currículo escolar.

Ziliotto e Pereira (2024) abordam a importância de políticas públicas que contemplem a formação de profissionais especializados em educação inclusiva para atuar nas escolas ribeirinhas. A falta de recursos humanos capacitados e a escassez de profissionais de apoio são fatores que limitam a inclusão efetiva dos alunos com deficiência nessas escolas. A inclusão deve ser pensada, portanto, não apenas em termos de acessibilidade física, mas também em termos de acesso ao suporte pedagógico especializado, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é fundamental para o desenvolvimento de práticas educacionais eficazes.

Os resultados do estudo de Formigosa (2021) destacam a precariedade estrutural da escola ribeirinha analisada, localizada no Rio Xingu, em Altamira/PA. A análise revelou que a infraestrutura da instituição apresenta severas limitações de acessibilidade, como a ausência de rampas adequadas, corredores estreitos e sanitários sem adaptações para pessoas com deficiência física. Tais condições não apenas dificultam a mobilidade dos alunos com deficiência, mas também comprometem sua participação efetiva nas atividades escolares, reforçando barreiras de exclusão e desigualdade. A falta de um ambiente adequado para todos os estudantes pode resultar em uma experiência escolar que exclui, em vez de incluir, aprofundando o abismo entre alunos com e sem deficiência.

Além disso, o estudo evidenciou que o contexto geográfico e socioeconômico da região ribeirinha agrava os desafios, uma vez que o isolamento dificulta reformas e adaptações necessárias à infraestrutura escolar. A falta de recursos financeiros e o desconhecimento sobre as normas de acessibilidade, como a NBR 9050, também foram

apontados como fatores que limitam a implementação de melhorias. Este cenário reflete uma realidade de negligência histórica da infraestrutura pública, exacerbada pelas particularidades do contexto amazônico, onde o transporte e os insumos necessários para realizar obras de adaptação são mais difíceis de acessar. O conhecimento limitado sobre acessibilidade pode ser atribuído à escassez de programas de capacitação para gestores e profissionais da educação, o que reforça a falta de preparação para atender adequadamente alunos com deficiência.

Em contrapartida, os autores sugerem estratégias para minimizar essas barreiras, como a adoção de políticas públicas voltadas à acessibilidade, a formação de parcerias com organizações não governamentais para captação de recursos e a promoção de sensibilização entre a comunidade escolar sobre a importância de ambientes inclusivos. Essas medidas são apresentadas como caminhos viáveis para promover a inclusão e melhorar a qualidade do ensino em escolas localizadas em áreas remotas.

No entanto, tais estratégias exigem um comprometimento mais amplo das esferas governamentais, além de uma maior conscientização por parte das lideranças locais, que muitas vezes não priorizam a inclusão devido às limitações orçamentárias e à falta de uma visão integradora. A mobilização social é essencial para tornar a causa mais visível e pressionar por mudanças concretas.

Os resultados reforçam a necessidade de integrar o desenho universal às reformas e construções escolares, garantindo que as instituições atendam a alunos com diferentes necessidades. Contudo, as limitações do estudo, como sua realização em apenas uma escola, indicam a importância de ampliar a investigação para outros contextos ribeirinhos, a fim de traçar um panorama mais abrangente e representativo das condições de acessibilidade na região amazônica. A realização de pesquisas em diferentes localidades da região pode fornecer dados mais consistentes, possibilitando a formulação de políticas públicas mais assertivas e direcionadas às particularidades de cada comunidade ribeirinha.

A pesquisa de Fernandes e Santos (2021) investiga a percepção das crianças ribeirinhas com deficiência sobre sua própria identidade e sobre a comunidade ao seu redor. Os resultados revelaram que as crianças, apesar de se perceberem como diferentes, têm uma visão positiva sobre suas características físicas e valorizam as atividades locais, como a pesca e o convívio social. No entanto, a pesquisa também identificou barreiras

significativas à inclusão, como o isolamento social e as dificuldades de interação com a comunidade.

Essas questões refletem a necessidade de políticas que promovam a inclusão efetiva dessas crianças tanto na escola quanto na sociedade em geral. A valorização da identidade dessas crianças e a compreensão da importância das atividades culturais locais são passos importantes para a promoção de um ambiente mais acolhedor, mas é necessário que a sociedade como um todo se envolva no processo de transformação desses espaços, quebrando os estigmas que cercam as pessoas com deficiência.

O estudo de Dutra (2021) aborda as barreiras arquitetônicas no contexto escolar para pessoas com deficiência física e visual, destacando a importância de uma infraestrutura adaptada para garantir a inclusão desses alunos. Os resultados revelam que a ausência de equipamentos adequados e a falta de acessibilidade nos ambientes escolares dificultam a participação plena dos estudantes com deficiência. O autor propõe a adaptação dos espaços escolares, incluindo a utilização da Terapia Ocupacional para promover a adaptação e inclusão desses alunos. Essa abordagem destaca a relevância da acessibilidade arquitetônica para a criação de um ambiente escolar inclusivo e igualitário. No entanto, as mudanças não devem se restringir a ajustes físicos; elas precisam ser complementadas por uma mudança de mentalidade e práticas pedagógicas que respeitem e promovam a diversidade nas salas de aula, abordando a deficiência como parte da pluralidade humana.

Por fim, Ziliotto e Pereira (2024) revelam as desigualdades enfrentadas pelos alunos com deficiência nas escolas ribeirinhas amazônicas, especialmente a escassez de recursos e profissionais especializados. A falta de uma infraestrutura acessível agrava essas dificuldades, pois a ausência de adaptações arquitetônicas impede a plena participação desses estudantes.

A implementação de ações diversas, tanto a nível local como em nível mais amplo, de acessibilidade arquitetônica poderia contribuir para melhorar a inclusão educacional, garantindo um ambiente mais igualitário e acolhedor, além de facilitar o trabalho pedagógico especializado, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A criação de um modelo de formação contínua para professores e gestores escolares, aliada à expansão dos serviços de AEE, poderia mitigar a exclusão educacional e promover uma

verdadeira inclusão, onde todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, tenham acesso a um ensino de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições de acessibilidade nas escolas ribeirinhas da Amazônia representam um obstáculo significativo para a inclusão de alunos com deficiência. A infraestrutura inadequada, como a falta de rampas, sanitários acessíveis e espaços amplos, compromete a mobilidade e participação dos estudantes, gerando um ambiente excludente. Além disso, o isolamento geográfico dificulta a implementação de melhorias necessárias, devido à escassez de recursos financeiros e à dificuldade de acesso a profissionais especializados.

A inclusão vai além da adaptação física do espaço; ela envolve também a integração social dessas crianças nas comunidades. Barreiras como o isolamento social e a exclusão nas interações com seus pares evidenciam a necessidade de estratégias mais amplas de integração, que envolvem tanto a escola quanto o contexto social.

É fundamental que políticas públicas eficazes sejam implementadas para garantir que as escolas ribeirinhas se tornem verdadeiramente inclusivas. Isso não só envolve a adaptação das infraestruturas, mas também a formação de profissionais capacitados, a sensibilização da comunidade escolar e a criação de parcerias para captação de recursos que viabilizem as reformas necessárias.

Os estudos analisados aqui abordaram aspectos como as barreiras estruturais enfrentadas, as soluções propostas para melhorar a inclusão de alunos com deficiência física e as contribuições específicas de cada pesquisa para o contexto educacional na Amazônia. A análise detalhada de cada trabalho permitiu traçar um panorama sobre as condições atuais, fundamentando a discussão sobre acessibilidade em ambientes escolares ribeirinhos.

Com uma infraestrutura adaptada e políticas inclusivas, é possível promover a igualdade de oportunidades e assegurar a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas limitações físicas ou geográficas. A adoção do design universal nas escolas ribeirinhas é uma estratégia essencial para garantir que esses

estudantes possam aprender e se desenvolver de maneira plena, alcançando seu potencial no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Luiza Tanure; VAN MUNSTER, Mey de Abreu. Educação Física e inclusão de estudantes com deficiências no Brasil: contrapontos entre legislação e produção científica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, e214166, 2019. DOI: 10.1590/0102-4698214166.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Educação Especial, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CAIADO, K. R. M. Educação especial no campo: uma interface a ser construída. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). **Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar**. São Carlos: Marquêsine & Manzini; ABPEE, 2015.p.75-89.

CAIADO, Katia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, p.93-104, mai.-ago. 2011. Edição Especial.

CALDART, Isabel Brasil. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.259-267 Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DUTRA, V. M. Barreiras arquitetônicas e suas implicações no contexto escolar para pessoas com deficiência física e visual em um projeto educacional. **Revista Brasileira de Terapias Ocupacionais**, v. 29, n. 1, p. 98-110, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/39758>. Acesso em: 9 jan. 2025.

FERNANDES, A. P. C. S.; NASCIMENTO, I. D. A visão das crianças ribeirinhas com deficiência sobre si e sobre a comunidade. **Zero-a-Seis**, v. 24, n. 48, p. 133-154, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/82942>. Acesso em: 9 jan. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p.27-39. Disponível em: [https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao\\_do\\_campo\\_e\\_pesquisa\\_-\\_questes\\_para\\_reflexo.pdf](https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_e_pesquisa_-_questes_para_reflexo.pdf). Acesso em: 10 ago. 2020.

FORMIGOSA, Marcos Marques et al. A acessibilidade de uma escola ribeirinha num dado contexto da Amazônia paraense. **Revista Formação**, online, v. 29, n. 54, p. 123-144, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33081/formacao.v29i54.8065>. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14072>. Acesso em: 07 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Greguol, M., Malagodi, B. M., & Carraro, A. (2018). Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 24, 33-44.

HAGE, Salomão Mufarej. Educação na Amazônia: identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares. In: HAGE, Salomão Mufarej (org.). **Educação do Campo na Amazônia**: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg, 2005. P. 61-68.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/MXbhGK5VDQbX4bMQzRYDRLN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10. abr. 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda, **Revista Pátio**, ano v, nº 20, fevereiro/abril 2005.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5ª edição – São Paulo: Cortez, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SASSAKI, R. **O Direito à Educação Inclusiva, segundo a ONU**: a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Corde, 2009.

SOUZA, Nazaré Serrat Diniz de. **Na Belém ribeirinha, a juventude e o direito à escolarização com a educação profissional**: uma análise da experiência da Casa Escola de Pesquisa. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, 2015.

TEIXEIRA, Michelle Freitas. A luta dos movimentos sociais camponeses pela educação e sua concepção de formação de educadores do campo. In: CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues; COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). **Questão agrária, movimentos sociais e educação do campo**. Curitiba, Paraná: CRV, 2012.

ZILIOTTO, D. M.; PEREIRA, F. C. M. Contexto da escolarização de alunos com deficiência na região ribeirinha amazônica. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. e10/1–24, 2024. DOI: 10.5902/1984686X84786. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/84786>. Acesso em: 9 jan. 2025.

Submissão: fevereiro de 2026. Aceite: março de 2026. Publicação: julho de 2026.